

EDUCAÇÃO DO CAMPO E ESCOLA ATIVA: UMA REVISÃO LITERÁRIA RURAL EDUCATION AND ACTIVE SCHOOLS: A LITERATURE REVIEW

ISSN: 2595-8704. DOI: 10.29327/2323543.28.1-2

Pedro Roberto de Jesus Lima ¹

RESUMO

Este artigo concebe uma reflexão da evolução do campo, tendo como base o programa Escola Ativa, relacionado ao Ministério de Educação, sob a tutela da Secretária de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade, tendo a Coordenação-Geral de Educação no Campo, voltado a classes multisseriada, no ensino fundamental I. A pesquisa realizada a partir de uma revisão literária, em que o lugar de convivência dos educandos, possam ser valorizados, inicialmente no entendimento de pertencimento da sociedade local do campo, a partir da experiência dos movimentos sociais, e sua inserção na agenda política educacional nos últimos anos. O objetivo principal do artigo, é possibilitar conhecimento sobre as contribuições, das políticas públicas na educação do campo, tendo a escola ativa, fortalecendo a aprendizagem dos educandos, no projeto político e pedagógico das escolas do campo, adquirindo visibilidade e força nos últimos anos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação do campo. Escola Ativa. Revisão Literária.

ABSTRACT

This article conceives a reflection on the evolution of the field, based on the Escola Ativa program, related to the Ministry of Education, under the supervision of the Secretary of Continuing Education, Literacy and Diversity, with the General Coordination of Education in the Countryside, focused on classes multigrade, in elementary school I. The research carried out based on a literary review, in which the students' place of coexistence can be valued, initially in the understanding of belonging to local rural society, based on the experience of social movements, and their insertion in the educational political agenda in last years. The main objective of the article is to provide knowledge about the contributions of public policies in rural education, having the school active, strengthening students' learning, in the political and pedagogical project of rural schools, acquiring visibility and strength in recent years.

KEYWORDS: Rural Education. Active School. Literature Review.

¹ Graduado em História pela Universidade Católica do Salvador. Graduado em Psicologia pela Faculdade Anísio Teixeira – FAT. Graduado em Pedagogia pela A Faculdade Regional de Filosofia, Ciências e Letras de Candeias –FAC – Candeias. E-MAIL: pedrorj-lima@hotmail.com. CURRÍCULO LATTES: lattes.cnpq.br/8141124454442550

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo dialogar, através de uma revisão bibliográfica, resumindo historicamente a construção da educação do campo brasileiro, tendo uma visibilidade crescente nos últimos anos, com finalidade apresentar uma proposta política-pedagógica, voltada ao programa escola ativa.

Em diferentes regiões do Brasil, onde tinha escolas multisseriadas, havia uma política pública, tendo seu início com mais de 10 mil escolas no campo com várias séries em uma sala do ensino fundamental I.

O programa escola ativa, teve como metodologia o fundamento construtivista e neoescolanovista, sofrendo críticas de setores acadêmicos e de movimentos sociais, abordando mudanças no modo capitalista e reformas educacionais, tendo seu início na década de 1990.

EDUCAÇÃO NO CAMPO

Com a Constituição Cidadã de 1998, houve uma política pública educacional, com inclusão de diversas categorias, com destaque a educação do campo, em que na gestão de Fernando Henrique Cardoso, a elaboração e implementação de reformas, com documentos de relevância como: Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, a 9394/96 e o Plano Nacional da Educação de 2001 e os Parâmetros Curriculares Nacionais. Como cita Pinheiro (1998, p.4, apud SAVIANI, 1997):

A Constituição Federal de 1998, em seu artigo 214 determina que “A lei estabelecerá o plano nacional de educação” e no artigo 211 estabeleça como tarefa da União, Estados, Distrito Federal e Municípios a organização de seus sistemas de ensino, não significa que a origem desse pensamento tenha surgido exatamente neste período.

Articulado a esse pensamento, Knijnik (2013, p.5 apud BRASIL, p.8, 2010):

A escola do campo, incluída cada vez mais na agenda das políticas públicas, tem como desafio oferecer educação de qualidade social para todos os povos que vivem nesse espaço. Se a escola do campo mudou é porque o próprio campo está em movimento e é do campo que resultou as reivindicações histórica mais acentuadas pela garantia do direito à vida com dignidade e valorização humana.

Com a nova Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (1996), no capítulo II, no seu artigo 28, que legisla a educação do campo, como cita Pinheiro (1998, p.6 apud DORNAS, 1997):

Permite a adaptação é educação básica às peculiaridades da zona rural e de cada região, tendo especificamente: conteúdos curriculares e metodologia apropriada às necessidades reais e interesses e condições climáticas, adequação á natureza do trabalho.

Com isto, ocorreu no ano de 1998 a I Conferência Nacional de Educação Nacional de Educação do Campo, numa organização da Educação Básica do Campo, apresentando uma nova conotação. (Pinheiro, 1998)

Educação do Campo e não mais educação rural ou educação para o meio rural. A proposta é pensar a educação do campo como processo de construção de um projeto de educação dos trabalhadores do campo gestado desde o ponto de vista dos camponeses e da trajetória de lutas de suas organizações. Pinheiro (1998, p.8 apud CALDART, 2004)

Nascimento (2006), elenca uma série de necessidade de implementação de política pública, fortalecendo a educação do campo:

Alfabetização de jovens e adultos (eliminação do analfabetismo do campo);
Acesso de todos (as) a escola pública, gratuita e de qualidade em todos os níveis;
Gestão democrática do sistema escolar (participação das comunidades nas decisões e na fiscalização dos recursos públicos);
Apoiar iniciativas de inovação das estruturas e currículos, construindo uma pedagogia adequada ao meio rural. Que a organização curricular seja planejada de modo a incluir uma efetiva relação dos alunos (as) com sua comunidade de origem;
Escolas técnicas regionais (ensino fundamental e médio);
Docentes que queiram trabalhar nas escolas do campo;
Formação contínua para educadores/as do campo;
Disciplinas específicas a essa formação nos cursos de magistérios e nos cursos superiores de pedagogia e demais licenciaturas;
Divulgação de materiais didáticos e pedagógicos voltados para a realidade do campo.

Tanto que a educação brasileira se associa com a educação do campo, na falta de política pública ainda insuficiente no Brasil. Como afirma Azevedo et al, 2022, p.4-5:

A origem da educação rural está na base do pensamento latifundista empresarial do assistencialismo, do controle político sobre a terra e as pessoas que nela vivem. O debate a respeito da educação rural data das primeiras décadas do século XX. Começou no 1º Congresso de Agricultura do Nordeste Brasileiro, em 1923, e tratava de pensar a educação para os pobres do campo e da cidade no sentido de prepará-los para trabalharem no desenvolvimento da agricultura [...] Enquanto a Educação do Campo vem sendo criada pelos povos do campo, a educação rural é o resultado de um projeto criado para a população do campo de modo que os paradigmas projetam distintos territórios. Duas diferenças básicas desses paradigmas são os espaços onde são construídos e seus protagonistas. (FERNANDES, MOLINA, 2004, p.621)

Vem corroborar com as políticas públicas, o pertencimento de vivenciar o ambiente social e cultural local, como afirma os autores abaixo:

No: O povo tem direito a ser educado no lugar onde vive. Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com sua participação, vinculada a sua cultura, e suas necessidades humanas e sociais. Duarte (2015, p.2 apud CALDART, 2005, p.27)

Em seu artigo 28, da Lei de Diretrizes e Base da Educação, diz que:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II- organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III- adequação à natureza do trabalho na zona rural. (LDB, 1996)

E com estas Diretrizes, a escola do campo, passa a ter uma identidade, como afirma Queiroz, 2011, p.4:

Definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais, em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (DIRETRIZES, Art. 2º, Parágrafo Único)

Continuando, a educação Básica e seu currículo na educação do campo, Queiroz, 2011:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (DIRETRIZES OPERACIONAIS, Art. 2º, Parágrafo Único)

Em consonância Souza (2008, apud BRASIL, 2001, p.1), destaca que:

A educação do campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorporam os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas ultrapassa ao colher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas, o campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não-urbano, é um de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações de sociedade humana.

Melo et al (2013) vem reafirma, o processo histórico da educação do campo:

A educação rural no Brasil, por motivos socioculturais, sempre foi relegada a planos inferiores e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão: “gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade. (LEITE, 1999, p.14)

De acordo Jesus et al (2013) adquiriu um novo rumo, através dos movimentos sociais, da educação do campo, como cita:

A defesa de uma educação do campo tem como sustentação o reconhecimento de uma realidade de trabalhadores (as) que têm resistido para continuar produzindo sua vida no espaço rural. E, especialmente, o reconhecimento de que esta realidade precisa ser alterada, tendo em vista a crescente pobreza, o desemprego, as grandes desigualdades sociais e as dificuldades de acesso às políticas públicas (saúde, educação, transporte, infraestrutura etc). Portanto, pensar um projeto de educação do campo pressupõe a sua sustentabilidade em termos econômicos, sociais e culturais. (VENDRAMINI, 2007, p.129)

Em relação a nova perspectiva da educação do campo, há uma distorção idade-série, ao acesso do ensino e sua qualidade. (Lira et al, 2011, p.10):

A educação do campo tem se desenvolvido em muitos lugares através de programas, de práticas comunitárias, de experiências pontuais. Não se trata de desvalorizar ou de ser contra estas iniciativas porque elas têm sido uma das marcas de nossa resistência (resistência dos movimentos sociais do campo). Mas é preciso ter clareza de que isto não basta. A nossa luta é no campo das políticas públicas, porque esta é a única maneira de universalizarmos o acesso de todo o povo à educação. (CALDART, 2002, p.26)

Neto et al (2010), cita sobre educação na zona rural:

No campo conservam-se formas tradicionais de vida em comunidade há muitos desaparecidos na cidade [dado que] a família rural ainda mantém a forma de vida de trabalho, sob a autoridade do chefe, num verdadeiro regime patriarcal. A identidade de interesses e aspirações (boa colheita, bom tempo, etc) e as amizades levam à união de famílias vizinhas, principalmente em tarefas que, temporariamente requerem maior número de braços. (SILVA, 1970, p.13)

Aparecida (2013), cita uma fala do Ex-Ministro da Educação Aloizio Mercadante, em que o Brasil, tem uma dívida com a população do campo.

Nós temos, aproximadamente, 30 milhões de pessoas que vivem no campo, o Brasil é a segunda maior agricultura do mundo, produz 300 bilhões de dólares e exporta quase 95 bilhões de dólares. No entanto, nós não temos uma política específica de educação para a população que vive no campo brasileiro. (PROCAMPO, 2013, p.01)

De acordo ao grupo permanente de trabalho de Educação do Campo, no Ministério da Educação (2003), cita, os princípios da Educação do Campo:

- I – A Educação do Campo de qualidade é um direito dos povos do campo;
- II – A Educação do Campo e o respeito às organizações sociais e o conhecimento por elas produzido;
- III – A Educação do Campo no Campo;
- IV – A Educação do Campo enquanto produção de cultural;
- V – A Educação do Campo na formação dos sujeitos;
- VI – A Educação do Campo como formação humana para o Desenvolvimento Sustentável;
- VII – A Educação do Campo e o respeito às características do campo.

Medeiros et al (2013), cita apud ARROYO, CALDART e Molina, 2004, p.66:

Na Educação do Campo, o processo educativo deve ser compreendido como uma prática de liberdade, vinculado á dinâmica social e cultural, contribuindo com os processos de transformação, visando á justiça e a humanização da sociedade.

De acordo a Ribeiro (2011), o Conselho Nacional de Educação (CNE), junto a Comissão de Educação Básica (CEB), aprovou uma resolução, instituindo as Diretrizes

Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo:

A educação do campo projetada nesse processo, coloca-se, então, como contraponto á existência de uma escola qualificada como “rural”. Historicamente, a escola rural tem-se prestado a disseminar a civilidade e os valores relacionados ao trabalho e á vida urbana, anulando, desta forma, os sujeitos que trabalham e vivem no campo, ou seja, os agricultores enquanto produtores de matérias primas, de conhecimentos, linguagens, culturas e arte.

ESCOLA ATIVA

De acordo a Ribeiro (2011), a Escola Ativa começa em 1997 e seu termino em 2007, criando o Fundo de Desenvolvimento da Escola - Fundescola, tendo seus recursos financeiros, orientações administrativas e pedagógicas, designando as secretarias estaduais e municipais de educação, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil.

Melo et al (2013), tendo em seu objetivo a melhoria da qualidade da educação em salas de aula multisseriadas, resultante de escolas da zona rural, tendo seu desenvolvimento estratégico, de acordo com os objetivos específicos no projeto base, como:

- a) Apoiar os sistemas estaduais e municipais de ensino na melhoria da educação nas escolas do campo com classes multisseriadas, disponibilizando diversos recursos pedagógicos e metodológicos adequadas as classes multisseriadas;
- b) Fortalecer o desenvolvimento de propostas pedagógicas e metodologias adequadas a classes multisseriadas;
- c) Realizar formação continuada para os educadores envolvidos no programa com base em princípios políticas – pedagógicas voltada ás especificidades e propostas pedagógicas do campo;
- d) disponibilizar e publicar materiais pedagógicos que sejam apropriados para o

desenvolvimento da proposta pedagógica do Programa. (BRASIL, 2010, p.36)

Continuando, a metodologia do programa escola ativa, tem as seguintes etapas:

- I – Levantamento de problemas da realidade;
- II – Problematização, em sala de aula, das questões identificados na realidade, a partir de fundamentos filosóficos, antropológicos, sociais, políticos, culturais, econômicos e articulação com os conteúdos;
- III – Teorização (pesquisa, estudos e estabelecimentos de relação com o conhecimento científico);
- IV – Definição de alternativas de solução em relação à problemática identificada;
- V – Proposição de ações de intervenção na comunidade. (BRASIL, 2010, p.20)

E valorização a proposição dos conteúdos, como:

Os conteúdos escolares são pensados para estabelecerem a relação especificidade/universalidade e na abordagem de temas que tratam de grandes problemas que afetam a vida cotidiana. A compreensão da linguagem e do conhecimento se faz a partir de sua consideração como mediação do processo de aprendizagem e de formação da mente e a busca de relações interdisciplinares do conhecimento e conteúdos articulados com o ensino e a pesquisa pedagógica. (BRASIL, 2010, p.20)

Entretanto, o programa Escola Ativa, teve reformulação em seu percurso em:

No Programa Escola Ativa, a valorização da experiência extraescolar aponta para a organização interdisciplinar dos conteúdos e da relação que se busca estabelecer entre o conhecimento que os estudantes trazem de suas experiências comunitárias e dos conteúdos da aprendizagem escolar.

[...] No contexto da Educação do Campo, a proposta pedagógica do Programa Escola Ativa tempo objetivo propiciar condições para o trabalho com as diferenças regionais e com as populações que constituem os povos do campo, tendo como propósito contribuir para a superação da visão tradicional e preconceituosa sobre o espaço rural e seus habitantes. (BRASIL, 2010, p.23)

Para Medeiros (2013), o educando precisa se o principal foco do processo ensino-aprendizagem, numa comunidade local rural, como cita:

É preciso transformar a vida da aula e da escola, de modo que se possam vivenciar práticas sociais e intercâmbios acadêmicos que induzem à solidariedade, à colaboração, a experimentação compartilhada, assim como a outro tipo de relações com o conhecimento e a cultura que estimulem a busca, a compração, a crítica, a iniciativa e a criação. (SANCRISTAN e GOMEZ, 2000, p.26)

Mello (1999), na gestão do Ministro da Educação Paulo Renato de Souza, tendo os parceiros da UNICEF e do Banco Mundial, teve a seguinte justificativa:

O sistema promove um processo de aprendizagem ativo, centrado no aluno, um currículo pertinente e intensamente relacionado com a vida da criança, calendários e sistemas de aprovação e avaliação flexíveis uma relação mais estreita entre as escolas e a comunidade e a formação de valores democráticos e participativos por meio de estratégias vivenciais. Fornece também, módulos de aprendizagem às escolas, dotando-se de bibliotecas, e promove a capacitação do professor para melhorar suas práticas pedagógicas. (BRASIL, /ME, 1999)

De acordo Pires (2004), a capacitação dos professores, seria de responsabilidade das secretarias

municipais de educação, de acordo a Coordenadora Nacional:

A Escola Ativa por um momento de fragilidade, precisamos rever a concepção da Escola Nova que já ultrapassada e não atende a realidade de nossas escolas. (CAPACITAÇÃO NACIONAL, Fortaleza, 03 de novembro de 2004).

Já a Coordenadora Estadual, dizendo sobre a proposta apaixonante do programa:

A Escola Ativa é feita com muito amor e se diferencia de qualquer outra proposta de educação da zona rural, (...), os professores é que são os verdadeiros responsáveis pelo bom funcionamento da proposta nos municípios. (Campina Grande/PB, 20 de setembro de 2004)

Azevedo et al (2022, p.16), demonstra que não houve uma avaliação técnica, respaldando a decisão, de uma política pública no Brasil, sendo extinta em 2011, com argumento de nova proposta da agenda governamental, com substituição a implementar o Programa Escola da Terra, com novas perspectivas a educação do campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com proposito de preencher lacunas existentes na escola do campo, buscou-se alternativas, com viés metodológicos adequado a realidade rural, para regiões no Brasil, com defasagem escolar e com municípios mantenedora com classe multisseriada. A escola do campo, atualmente ainda perpassa pela falta de oportunidade em política pública, voltada a comunidade local rural. Mesmo com o processo sócio-histórico ao longo do tempo, atualmente se vê resquícios da herança colonial no Brasil, com diferentes formas e contextos de negação de direitos, também com enfoque na educação.

No contexto atual, se busca por uma Educação do Campo, com qualidade, com saberes científicos e escolares, com ajuda de elementos que fazem parte do lugar de construção da identidade dos educandos, refletindo na cultura tradicional do ambiente social, verdadeiramente democrático.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, M. A. de; QUEIROZ, M. A. de; SOUZA, F. das C. S. **Escola nova, educação do campo e a política educacional: a experiência do programa escola ativa.** Roteiro, [S. l.], v. 47, p. e28138, 2022. DOI: 10.18593/r.v47.28138. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/28138>. Acesso em: 19 jan. 2024.

CALDART, Roseli Salete. **A escola do campo em movimento.** Currículo sem Fronteiras, v.3, nº 1, p.60-81, jan/junh, 2003.

BERGAMASCO, Wanderleia Aparecida. **Educação do campo: concepção, fundamentos e desafios.** Versão on-line, Paraná, Governo do Estado, Secretaria de Educação, v.1, 2013.

DI PIERRO, Clara Maria. **Situação educacional dos jovens e adultos assentados no Brasil: Uma análise de dados da pesquisa nacional de educação na reforma agrária.** Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. GT: Educação de Pessoas Jovens e Adultas/ nº 18.

Duarte, C. G., & Santos, S. V. dos. (2015). **Apresentação da Seção Temática - Educação do Campo.** Educação & Realidade, 40(3). Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/56800>.

JESUS, Adriana do Carmo; BEZERRA, Maria Cristina dos Santos. **A herança colonial e as implicações na educação do campo no Brasil.** Revista Histedbr on-line, nº 50 (especial), p. 238-250, maio, 2013.

KNIJINIK, Gelsa; WANDERER, Fernanda. **Programa escola ativa, escolas multisseriadas do campo e educação matemática.** Educ. Pesqui., São Paulo, v. 39, n. 1, p. 211-225, jan./mar. 2013.

LIRA, Débora Amélia N; MELO, Amilka Dayane Dias. **A educação no campo e a sociedade brasileira: quando números desenham desigualdades.** I encontro de pesquisa de práticas em educação do campo da Paraíba. 2011.

MARSIGLIA, A. C. G. MARTINS, L. M. **“Programa Escola Ativa”:** análise crítica. In: BARBOSA, M. V.; MENDONÇA, S. G. L. (Orgs.). **Ensino e aprendizagem como processos humanizadores: propostas da teoria histórico-cultural para a educação básica: coletânea de textos da 9ª Jornada do Núcleo de Ensino de Marília.** Marília: Oficina Universitária Unesp, 2010. 14p. ISSN: 2175-4063.

MEDEIROS, Emerson Augusto de; AMORIM, Giovana Carla Cardoso. **Educação do campo e escola ativa: (des)construindo práticas e concepções de ensino.** Espaço do Currículo, v.6, nº 3, p.620-629, setembro e dezembro de 2013.

MELLO, M.A.L. **O Programa Escola Ativa no contexto na Educação do Campo: impasses e contradições.** In: I Seminário Internacional e I Fórum de Educação do Campo da Região Sul do RS: campo e cidade em busca de caminhos comuns, 2012. Pelotas, RS. Anais. I Seminário Internacional e I Fórum de Educação do Campo da Região Sul do RS: campo e cidade em busca de caminhos comuns, 2012.

MELO, DE; Souza, S. C. de. **Educação do campo e o programa escola ativa: elementos históricos, conceituais e pedagógicos.** Holos, v.2, 2013.

Ministério da Educação. **Grupo permanente de trabalho de educação do campo.** Referencias para uma política nacional de educação do campo, cadernos de subsídios, Brasília, outubro de 2003.

MOLINA, Monica Castagna. **Expansão das licenciaturas em educação do campo: desafios e potencialidades.** Educar em revista. Curitiba, Brasil, nº 55, p. 145-166, jan/mar. Editora UFPR, 2015.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação e cultura: As escolas do campo em movimento.** FRAGMENTOS DE CULTURA, Goiânia, v. 16, n. 11/12, p. 867-883, nov./dez. 2006.

NETO, Luiz Bezerra; BEZERRA, Maria Cristina dos Santos. **A importância do materialismo histórico na formação do educador do campo.** Revista Histerdbr on-line, Campinas, nº especial, p. 251-272, agosto, 2010.

NETO, Lauro Xavier Neto. **Educação do campo em disputa: análise comparativa entre o MST e o Projeto escola ativa.** Departamento de Educação. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Maio, 2010.

PANHO, Leila Maria. **Educação do campo: algumas reflexões a partir do olhar geográfico.** Revista Científica Semana Acadêmica, Fortaleza, v. 15, n. 101, 2017. Disponível em: https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/educacao_do_campoalgumas_consideracoes_a_partir_do_olhar_geografico.pdf. Acesso em: 4 jun. de 2020.

PINHEIRO, Maria do Socorro Dias. **A concepção de educação do campo no cenário das políticas públicas da sociedade brasileira.** I Conferencia Nacional por uma Educação Básica do Campo realizada em 1998 em Luziânia – Go.

RIBEIRO, Marlene. **Educação do Campo e Escola Ativa: contradições na política educacional no Brasil.** Educação em revista, Marília, v.12, nº 2, p.23-40, julh-Dez, 2011.

SAMUEL, Ramos da Silva. **Movimento, comunicação e linguagem na educação de jovens e adultos do MST.** Pós-graduação, do Centro de Ciências da Educação, da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, fevereiro de 2003.

SOUZA, Maria Antonia de. **Educação do campo, práticas pedagógicas e produção científica.** Educa. Soc. Campinas, vol. 29, nº 105. P.1089-1111, set/dez, 2008.

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara. **Crianças rurais e acesso á escola, sugestões de política pública.** São Paulo em Perspectiva, janeiro/março, 1991.